



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA Nº 5035139-66.2016.4.04.7000/PR

REQUERENTE: MONICA REGINA CUNHA MOURA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO/DECISÃO

Retomo decisão proferida no evento 48.

Em síntese, a Defesa de Monica Regina Cunha Moura e João Cerqueira de Santana Filho requer a liberação dos valores bloqueados por este Juízo em contas respectivas, e que atualmente totalizam cerca de R\$ 22.755.087,49 e R\$ 2.756.426,95, eis que não abarcados pelo acordo de colaboração premiada formalizado por ambos com a Procuradoria-Geral da República.

Determinei previamente à Defesa e ao MPF (evento 48):

"Deve a Defesa esclarecer a aludida cláusula 4ª, inclusive a afirmada falta de apensos, bem como o que foi decidido no acordo em relação ao imóvel mencionado pelo MPF. Isso deve ser esclarecido com manifestações oficiais, não bastando a manifestação da Defesa.

Deve o MPF esclarecer as providências tomadas para a repatriação dos valores e se eles estão atualmente bloqueados na Suíça. Deve ainda esclarecer se os acusados de fato tomaram todas as providências ao seu alcance para a repatriação".

Ouvido (evento 57), o MPF se opôs à liberação dos valores bloqueados afirmando que o processo de repatriação dos valores depositados na conta Shellbill Finance ainda está em estágio inicial, havendo a necessidade de manutenção de bloqueio dos valores para garantir o integral repatriamento dos valores.

A Defesa, em petição no evento 60, apresentou parecer firmado por Procuradores do Grupo de Trabalho Lava Jato da PGR, em que se atesta a inexistência de apensos formais ao acordo, mas igualmente a possibilidade,

prevista na cláusula IV, de perdimento de bens móveis e imóveis adquiridos integral ou parcialmente com recursos ilícitos, no limite do proveito ilícito (out4, evento 60).

Em relação a aludida cláusula 4ª e a afirmada falta de apensos, bem como o que foi decidido no acordo em relação ao imóvel mencionado pelo MPF (apartamento na Rua Afonso Braz, 25, apto 51, Indianópolis - anexo2, evento 46), a Defesa juntou petição apresentada à PGR na qual afirma que a cláusula foi inserida como medida de precaução pelo MPF para eventual descoberta de bens de origem ilícita mantidos pelos colabores, afirmando que o apartamento mantido em São Paulo seria de conhecimento do MPF, devidamente declarado no Imposto de Renda do colaborador João Cerqueira e que não é possível afirmar que o apartamento foi comprado com recursos ilícitos, uma vez que os valores lícitos depositados na conta seriam suficientes para a compra do imóvel.

A Defesa informou que somente no dia 19 de julho de 2017 a Secretaria de Cooperação Internacional do MPF encaminhou o pedido ao DRCI/MJ, que por sua vez encaminhou o pedido às autoridades suíças na data de 24 de julho de 2017, sendo que o acordo foi homologado em 03/04/17 e os documentos referentes à repatriação foram assinados em 06/03/17, não podendo a demora ser atribuída à Defesa (evento 60).

Em relação à repatriação dos valores mantidos na conta da Shelbill na Suíça, o MPF informou que João Cerqueira de Santana Filho assinou os documentos necessários ao processo de repatriação.

Decido.

A Defesa juntou elementos aptos a demonstrar de que concordou com a repatriação e o perdimento dos valores bloqueados na Suíça, de USD 21.657.454,03, e que assinaram todos os documentos necessários à efetivação dessas medidas.

O MPF confirmou que os acusados tomaram as providências necessárias para a repatriação e perdimento dos valores mantidos na Suíça.

A repatriação dos valores mantidos na Suíça ficou a cargo da Procuradoria-Geral da República e ainda tramita, em cooperação jurídica internacional.

Não é justo, a ver do Juízo, penalizar os colaboradores, que fizeram a sua parte no que se refere ao acordo, retendo em bloqueio judicial valores que não foram perdidos no acordo de colaboração.

Não seria, porém, prudente liberar todo o numerário, enquanto a repatriação não for ultimada. Podem ainda ser necessárias intervenções dos acusados nos procedimentos em curso na Suíça.

Resolvo, considerando os dois argumentos opostos, liberar parcialmente o valor bloqueado, especificamente dez milhões de reais, a serem transferidos da conta 650.005.86400410-4 para conta a ser indicada pelos acusados e seus defensores.

Intime-se a Defesa para que indique conta bancária dos colaboradores para a qual os recursos serão restituídos. Prazo de 5 dias.

Após, **oficie-se à CEF** determinando a transferência de todos os valores mantidos nas contas judiciais acima para a conta indicada pela Defesa.

Ciência ao MPF.

Curitiba, 17 de agosto de 2017.

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700003763421v6** e do código CRC **eaf29b81**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO

Data e Hora: 17/08/2017 10:17:46

5035139-66.2016.4.04.7000

700003763421.V6 SFM© SFM